



MÉTODO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO: UM ENSAIO PARA COMPREENDER A PRÁXIS DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

Euler Renan Salles do Carmo ¹

RESUMO

A partir do século XX inicia-se um processo de urbanização no Brasil, que ditam um novo ritmo marcado pelo avanço da industrialização e da globalização. No entanto, essas mudanças desenvolvimentistas, impulsionam uma violenta transformação sócio espacial. Dentro desse contexto, garantir o acesso da população de baixa renda à moradia é essencial para atender às necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis. Com o objetivo de compreender os principais aspectos do cenário das políticas públicas de habitação no país e seus reflexos sociais, este trabalho utiliza dos fundamentos do método materialismo histórico e dialético como abordagem principal de análise, a partir de conjecturas baseados nas relações históricas e dos seus sistemas produtivos. O estudo seguiu três caminhos: o da análise do cenário atual das políticas públicas de habitação, o da abordagem histórica, e o da dialética como análise dos contrários, buscando a compreensão da totalidade do estudo em questão. Após a análise e à aproximação do constructo histórico e suas relações com os dados qualitativos e quantitativos, revelou-se discussões pautadas em dois principais eixos: o do lobby político e da financeirização da moradia, que ao analisar as contradições obtidas através da dialética, nos apresenta uma política habitacional que pouco tem aberto para alterações significativas, que visam de fato, mitigar os problemas habitacionais em toda sua complexidade urbana.

Palavras-chave: Urbanização, Habitação, Políticas Públicas, Globalização, Dialética.

RESUMEN

A partir del siglo XX, se inició un proceso de urbanización en Brasil, que dictó un nuevo ritmo marcado por el avance de la industrialización y la globalización. Sin embargo, estos cambios de desarrollo impulsan una violenta transformación socioespacial. En este contexto, garantizar el acceso a la vivienda a la población de bajos ingresos es fundamental para atender las necesidades de los grupos sociales más vulnerables. Para comprender los principales aspectos del escenario de las políticas públicas de vivienda en el país y sus consecuencias sociales, este trabajo utiliza los fundamentos del método del materialismo histórico y dialéctico como enfoque principal de análisis, a partir de conjeturas basadas en las relaciones históricas y sus relaciones productivas. El estudio siguió tres caminos: el de analizar el escenario actual de las políticas públicas de vivienda, el de un enfoque histórico y el de la dialéctica como análisis de contrarios, buscando comprender la totalidad del estudio en cuestión. Luego de analizar y abordar el constructo histórico y sus relaciones con datos cualitativos y cuantitativos, se revelaron discusiones a partir de dos ejes principales: el lobby político y la financiarización de la vivienda, que al analizar las contradicciones obtenidas a través de la dialéctica, nos presenta una política habitacional. que tiene poca apertura para cambios significativos, que de hecho apuntan a mitigar los problemas habitacionales en toda su complejidad urbana.

Palabras clave: Urbanización, Vivienda, Políticas Públicas, Globalización, Dialéctica.

¹ Pós-graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR e bolsista CNPq ecarquitet@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

A partir do século XX há um intenso processo de urbanização no Brasil, com dinâmicas políticas articuladas no plano mundial, ditam um novo ritmo marcado pelo avanço da industrialização, que, com altas expectativas e com grande possibilidade de modernização, intensificam rupturas políticas de um país, até então, predominantemente rural. No entanto, esses impactos impulsionam uma violenta transformação espacial, a produção do espaço urbano torna-se sob a visão capitalista, um produto, e desse produto à valorização da terra urbana, e nesse processo que conecta o desenvolvimento capitalista à urbanização, influencia diretamente na redefinição nas relações sociais intraurbano, materializado pela segregação.

Todo esse período desenvolvimentista não foi acompanhado por uma política de Estado robusta o suficiente para equilibrar o agravamento dos problemas sociais, época em que a maioria da população não possuía diretrizes claras que garantissem o pleno direito à cidade, tal qual como o direito à moradia adequada, que foram fortemente abraçadas posteriormente por movimentos sociais e interesses progressistas, em um processo de democratização que culminou em legislações específicas na Constituição Federal de 1988.

O panorama atual da política habitacional no Brasil mostra ainda graves sinais de que os problemas não foram superados. Incentivos e subsídios do governo, que iniciaram tratativas populares a partir da década de 60, perdem força ao longo dos anos, pressionados por rupturas exógenas à política social, que colocam em xeque as demandas e provisões de moradia à população de baixa renda durante décadas. Fato é, anos mais tarde, no início do século XXI, o déficit habitacional alcança índices alarmantes, se instaura uma crise hipotecária e financeira nos Estados Unidos, que afeta diretamente grandes empresas brasileiras do ramo imobiliário, e é justamente nesse cenário que o principal pacote habitacional é implementado no país, o Programa Minha Casa Minha Vida, sob uma perspectiva de política econômica anticíclica, é criado para enfrentar o déficit habitacional através de construções de moradias em massa e atender diversos outros componentes ligados ao planejamento e a infraestrutura urbana, que já faziam parte do arcabouço legal da política urbana brasileira.



Tendo como objetivo principal compreender os principais aspectos positivos e/ou negativos do cenário das políticas públicas de habitação no país e seus reflexos sociais, este trabalho utiliza dos fundamentos do método materialismo histórico e dialético como abordagem principal de análise, fornecendo uma forma singular de observar a realidade a partir de conjecturas baseados nas relações históricas e de sistemas produtivos, que interferem diretamente na transformação da sociedade. A visão do método é cíclica, está em constante movimento, partindo do mesmo pressuposto a dialética, na análise dos contrários, nos conduz nas discussões pelo mesmo caminho, do movimento do pensamento.

O estudo seguiu três caminhos: o da análise do cenário atual das políticas públicas de habitação, o da abordagem histórica da habitação social no país e por fim, a dialética como análise dos contrários, buscando a compreensão da totalidade do estudo em questão. Após a análise e à aproximação do constructo histórico e suas relações com os dados qualitativos e quantitativos, revelou-se discussões pautadas em dois principais eixos: o do *lobby* político e da financeirização da moradia. Dois pontos fundamentais, que surgem, a partir da facilitação e aplicação do método proposto, tangenciado naquilo que se propõem, o respeito aos fatos, a história, que em seus processos orgânicos, ensaia uma proximidade com a realidade social.

METODOLOGIA

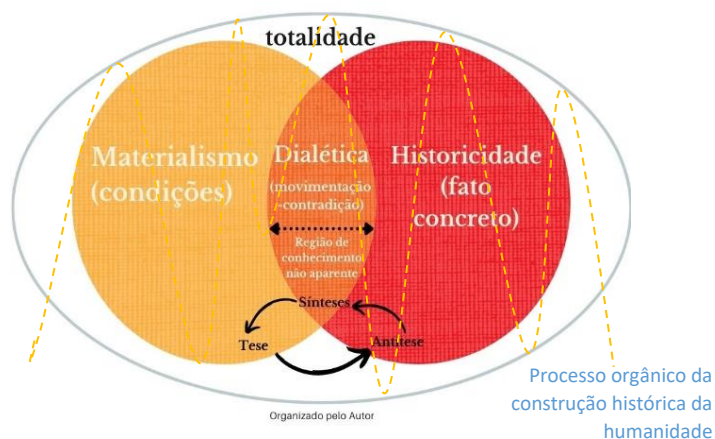
O percurso desse trabalho será balizado por princípios do método materialismo histórico e dialético, um método que se originou do pensamento de Karl Marx, que fornece uma maneira holística de analisar a realidade a partir de hipóteses baseadas em relações, de intervir diretamente na história e nos métodos de produção da sociedade e como isso evoluiu. O método tem como pressuposto o movimento do pensamento através da materialidade histórica da sociedade, descobrindo as leis fundamentais que, por sua vez, definem como o homem se organiza durante a história, “por mediação do movimento do pensamento, mas na realidade não faz mais que reconstruir sistematicamente, e dispor com relação a seu método absoluto, os pensamentos que se aninham na cabeça de todos os homens” (MARX, 1965 p.104).

O que significa navegar a partir do empírico e, por meio de concepções chegarem ao concreto, e a dialética em que deve expor as contradições, interpretação dos contrários.

A Práxis, portanto, é intrínseca, é o que conecta a análise da produção com a prática social, “os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam elevar a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo.” (LEFEBVRE, 1983, p.171).

Figura 1 Esquema Método Materialismo Histórico-dialético, organizado pelo autor.

Materialismo Histórico-dialético



Fonte: Organizado pelo autor

Dentro dessa perspectiva, o procedimento metodológico adotado, com o intuito de lograr o objetivo proposto, seguiu três momentos: 1º apresentar o cenário atual das políticas públicas de habitação no país; 2º analisar o processo histórico da produção da habitação no país; e 3º a práxis, relação dos contrários, análise e dialética entre o materialismo e o histórico.

Figura 2 - Esquema Procedimento Metodológico, organizado e produzido pelo autor.

Procedimento Metodológico



Fonte: Produzido pelo autor



Primeiramente para apresentar os dados do cenário atual da política habitacional do Brasil e realizar as devidas análises, será utilizado como base o Relatório de Avaliação do PMCMV, com dados secundários de 2011-2019, desenvolvido pelo Ministério da Economia em dezembro de 2020, além da Fundação João Pinheiro (JFP) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – IBGE (PNAD).

Segundo, no contexto histórico, a base de referencial será o livro Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças, onde a autora, Raquel Rolnik, elabora um robusto arcabouço sobre os processos globais de financeirização da moradia e seus impactos sobre o direito à terra da população mais vulnerável, desenvolvido também através de sua experiência como relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada. Além da visão global, a autora, aborda de maneira histórica, todo o processo histórico das políticas públicas habitacionais no Brasil, dos primeiros passos até os dias atuais, apresentado análises, conceitos e estudos críticos, abordando uma visão ampla da construção histórica e de todas suas condicionantes que envolvem a habitação no país.

REFERENCIAL TEÓRICO

A urbanização contemporânea se ergue sob o alicerce da produção capitalista, a cidade se torna um “lugar de reprodução da força de trabalho” (MARICATO, 2015 p.22), que por consequência, sua estrutura espacial é deturpada ou oprimida pela contradição da necessidade das fragmentações burguesas sobre a classe trabalhadora, estigma fundamental para absorção dos excedentes de capital e trabalho ao longo da história principalmente a partir do início do século XX, com a forte industrialização nos países emergentes e a expansão da ótica geográfica, a globalização (HARVEY, 2014 p.92).

Sob a alcunha denominada de “crise urbana”, as cidades enfrentam crescentes demandas de reestruturações e de pressões políticas, na busca de soluções emergenciais e mecanismos que visam mitigar deficiências da desigualdade do espaço urbano (VILLAÇA, 2012 p.74). O caso da questão habitacional no Brasil é um reflexo desse fenômeno, nascido no discurso do enfretamento ao déficit habitacional – e de movimentos sociais -, se tornaram estatísticas historicamente crônicas e fazem o Estado agir e criar



políticas de subsídios que geram proximidades com o capital externo-privado, que acabam por desenvolver ações distorcidas e de reações exclusivamente financeiras, ignorando a amplitude social e à complexidade da moradia no país.

E garantir o acesso da população de baixa renda à moradia é essencial para atender às necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis. Pensar em políticas habitacionais efetivas, heterogêneas e sustentáveis, são fundamentais para possibilitar a integração e a inclusão destes indivíduos em todas as relações que a vivência urbana oferece. O que passa a ser imprescindível um olhar crítico para a atual política de construção habitação social em massa no país, o Programa Minha Casa Minha Vida, arraigado por um *modus operandi* voltado para construção civil, sombreia problemas sociais existentes e emerge um crescente processo de valorização da terra urbana, altamente nocivo aos princípios do Direito à Cidade, que no Brasil é materializado pelo Estatuto da Cidade.

É evidente que a globalização trouxe para o pensamento geográfica uma expansão teórica além das fronteiras, a noção de totalidade do espaço passa ser preeminente a medida que esse fenômeno altera significativamente a paisagem urbana e provoca impactos em suas diferentes escalas. Também fica claro que as cidades centrais possuem uma interlocução muito mais afinada ao dinamismo mundial, do que outrora. Porém, é internamente onde os problemas são mais perceptíveis, as ações do poder público que se articulam aos interesses do poder privado, fragmentam e aprofundam a segregação socioespacial (CARLOS, 2015, p.89), e essas transformações passam a ser pano de fundo para se compreender a urbanização contemporânea.

O conceito de Totalidade é amplamente estudado por Milton Santos, sob forte influência marxista, propõe uma reflexão pela compreensão universal do espaço, levando em consideração a histórica, interferências produtivas e suas condicionantes dialéticas da globalização como fenômeno de supressão regional, como consequência à transformação do espaço. Para Santos, a Totalidade está e em constante movimento, num processo de complexificação, “está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, 2006 p.75).

Na relação do espaço físico e o imaginário dos fenômenos urbanos em sua pluralidade e não, a absoluta, Lefebvre afirma “Ora a cidade preexiste à industrialização” (LEFEBVRE, 2001 p.11). O “cabo de guerra” entre a pobreza e a riqueza parece se encerrar ou se “mascarar”, quando os poderosos justificam seus acúmulos de capitais.



Para Ana Fani o “sistema econômico capitalista e o processo de produção torna o próprio espaço uma mercadoria” (CARLOS, 2015 p.3), que decorre do pressuposto de que a produção do espaço é eminente à produção de vida e, portanto, as relações sociais teriam como exigência um espaço e tempo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ano era 2008, estoura uma crise hipotecária nos Estados Unidos, investidores começam a vender suas ações, negociações em quedas, “situação era de crise internacional e ameaça de quebra no setor, o que poderia contaminar toda a sua cadeia produtiva” (ROLNIK, 2015 p.300), criando uma forte preocupação sobre a oferta, busca por créditos e investimentos futuros no Brasil. E nesse momento, grupos de conglomerados de empresários, no qual, foram impactados diretamente pelos seus investimentos imobiliários no exterior, começam a fazer forte pressão política interna - que, vale ressaltar, o país sofria com uma crescente esmagadora em seu déficit habitacional – a criarem uma estrutura que fosse possível implementar um “pacote” de construções habitacionais em massa, com subsídios do governo, injetando capital à essas construtoras, liderada principalmente pela Gafisa, que dessa maneira, salvando o que seria, perda de capital eminente, para um dos maiores investimentos do governo federal, anticíclico, que alavancou o PIB e gerou milhares de empregos.

É nesse cenário que surge então o Programa Minha Casa Minha Vida, elaborado sobre um intenso cerco político, chefiado pelo Ministério da Fazenda, com diálogos diretos aos empresários e investidores envolvidos. Sim, o que objetivava combater o déficit habitacional, com viés social, passa por transformação, é politizado e se transforma em um grande pacote econômico, as pastas relacionadas ao Ministério das Cidades se enfraquecem, na justificativa que, ao tangenciar uma necessidade social a uma necessidade de capital, parecia ser um “equilíbrio” perfeito para o enfrentamento da crise econômica mundial.

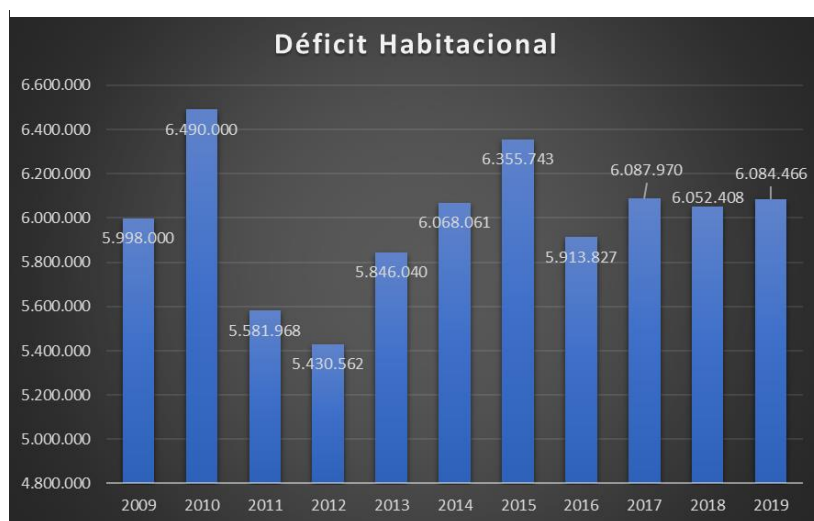
O PMCMV, de fato, é a principal política pública habitacional do governo federal, desde sua criação até 2019, já entregou mais de 5 milhões de unidades habitacionais (UHs), e soma-se mais de R\$129,8 bilhões em subsídios financeiros e outros R\$98 bilhões em subsídios do FGTS, de acordo com o Relatório de Avaliação do Programa de Minha Casa Minha Vida, realizado pelo Ministério da Economia em 2020.



É importante para essa análise, proposto pelo método, e que faz parte do procedimento metodológico, primeiramente compreender objetivamente o alcance dos dados quantitativos e qualitativos, além dos impactos do programa dos últimos anos, trazendo para discussão o atual cenário político e habitacional, principalmente em relação ao combate do déficit habitacional. Para isso, utilizou-se o Relatório de Avaliação do PMCMV, com dados secundários de 2011-2019, desenvolvido pelo Ministério da Economia em dezembro de 2020, além da Fundação João Pinheiro (JFP) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – IBGE (PNAD).

Como apresenta o Gráfico 1, o déficit obteve patamares altos no período de criação do programa, tendo uma leve queda até um novo pico em 2015, com aproximadamente 6,4 milhões de moradias. Por mais que tenha havido uma certa amortização de 2009-2012, a partir de 2013 há uma crescente que se estabelece na casa dos 6 milhões.

Gráfico 1 Déficit Habitacional Quantitativo



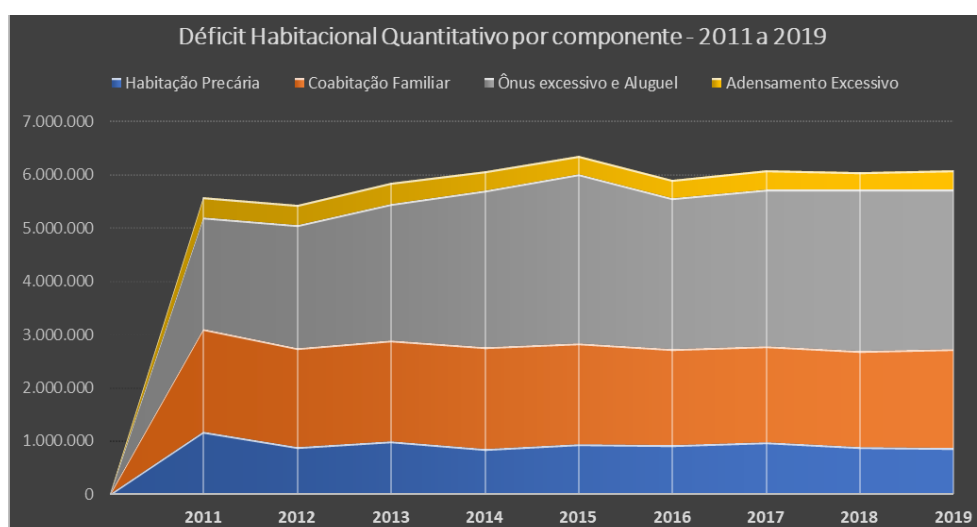
Fonte: Fundação João Pinheiro, PNAD e Relatório de Avaliação, 2020.

A priori, a estrutura política, bem como o pensamento estratégico, era de combater o déficit com construção de moradia, pela “falta de casa para uma nova casa”, por assim dizer. Porém, ao observar o Gráfico 2, a partir de 2011 até 2019, o principal componente do déficit é o Ônus Excessivo de Aluguel, atingindo permanentemente a casa dos 3 milhões, e em segundo a Coabitação Familiar, trazendo para pauta, as questões sociais que, necessitam estar associadas as estruturas do programa, que, por consequência, gerariam novas estratégias heterogêneas. Vale ressaltar que, dentro da metodologia



adotada pela Fundação João Pinheiro, existem uma série de componentes e indicadores que irão determinar o conceito de déficit habitacional, em dois eixos, o “déficit habitacional quantitativo”, que indica a necessidade de construção de novas moradias e o “déficit habitacional qualitativo”, que está relacionado a infraestrutura urbana e fundiária, que prejudicam diretamente a qualidade de vida dos moradores.

Gráfico 2 Déficit habitacional quantitativo por componente



Fonte: Fundação João Pinheiro, PNAD e Relatório de Avaliação, 2020.

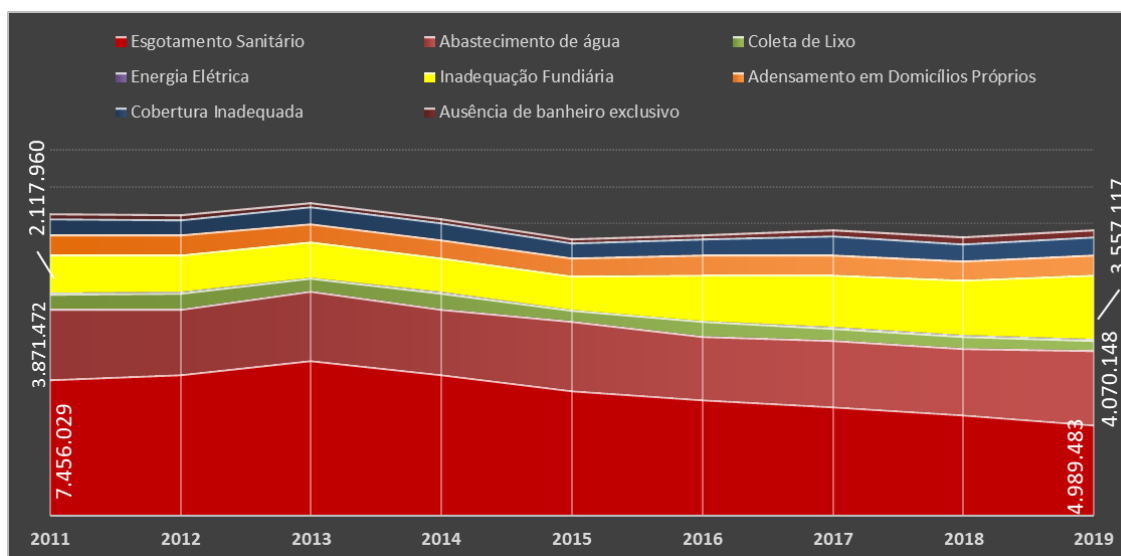
Ao focar as estratégias nas construções novas moradias – possui um apelo político interessante para os atores - o programa falha ao deixar de medir esforços em outros “horizontes” (gráficos 2) que, potencializam o crescimento do déficit ao longo dos anos, fazendo com que os bilhões investidos pareçam não ter valido a pena. O desenho do PMCMV também é homogêneo, ou seja, ignora especificidades de cada região do país, se nos apropriarmos dos indicadores, será factível que, determinada região do país terá agravamento em um indicador e noutro, não. E isso deveria ser balizador para implementar estratégias públicas específicas, que inclusive, estão dentro do desenho do programa, para amenizar a situação de cada região.

Em prática “entregar milhares de moradias”, para os atores e interesses, é muito mais politizado do que investir em projetos fundiários ou em infraestrutura urbana de uma determinada região da cidade. Fica evidente que nos “horizontes” apresentados no gráfico 3, sobre os dados do Déficit Qualitativo, existem componentes em situações agravantes, que se mantém com taxas elevadas no período de 2011-2019, é o caso do esgotamento



sanitário, que dentro dos indicadores, é o que está em situação mais alarmante, que apesar da diminuição, ainda alcança 5 milhões de moradias.

Gráfico 3 Déficit Habitacional Qualitativo



Fonte: Fundação João Pinheiro, PNAD e Relatório de Avaliação, 2020.

Outro ponto interessante de se observar é a inadequação fundiária, em sua relação direta com a implantação desses empreendimentos – um dos fundamentos mais criticados entre os pesquisadores - pois, em sua maioria, o critério de escolha da localização das unidades habitacionais se dá pela melhor rentabilidade aos investidores, e não pela melhor infraestrutura urbana, mobilidade urbana e acessibilidade que se dará aos futuros moradores, e nesse quesito, o gráfico nos apresenta uma piora considerável, mais de 3,5 milhões de moradias encontram nessa situação, como dito anteriormente, mesmo pós ocupação, a política fundiária é defasada e os moradores ficam à mercê dos mesmos problemas enfrentados anterior a nova moradia.

Nesse segundo momento, será feito uma síntese dos principais fatos históricos relacionado a política pública habitacional no Brasil (figura 03), como parte fundamental deste estudo, partindo do princípio do método materialismo histórico e dialético, onde os processos históricos são intrínsecas a compreensão e a explicação dos fenômenos, ou seja, uma base imprescindível para avançar ao entendimento narrativo dos momentos históricos de forma dialética, com o intuito de buscar respostas de um determinado problema.



É consenso entre os autores, que a periodização da trajetória da política habitacional brasileira é na década de 1960, especificamente em 1964, após o golpe militar, no qual foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), nesse mesmo período também foram criados diversos instrumentos, compondo o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), além de regulamentações que envolveram construções de condomínios residenciais. Aqui um adendo importante, desde a criação do BNH até os dias atuais, estabeleceu-se por princípios semelhantes: primeiro pelas questões monetárias e fiscais, segundo pela política alinhada ao combate do déficit habitacional e terceiro pelo incentivo ao setor da construção civil, como um dos principais motores de capital (ROLNIK, 2015 p.282).

Em 1966 é criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no mesmo ano o BNH é convertido em empresa pública – passando a ter representantes do setor privado na direção do banco – e a partir de 1967, o FGTS passa a ser o principal fundo do BNH, que inclusive, até hoje, é a principal fonte de recursos para a política habitacional. Nos anos de 1970, há uma diversificação de investimentos e recursos direcionados também a grandes obras de infraestrutura e de saneamento. Fortalecem-se também a construção de Conjuntos Habitacionais (Cohabs) nas periferias das cidades, distantes da infraestrutura já existente, intensificando a desigualdade, segregação e exclusão territorial, dotado dos mesmos problemas apresentados pela implementação de empreendimentos habitacionais do MCMV - o da inserção urbana - a despreocupação fundiária na escolha dos terrenos.

O enfraquecimento do BNH se dá em meados dos anos 80, até a sua extinção em 1986 (Caixa Econômica Federal se torna herdeira do BNH), representado pela retração pelo financiamento habitacional. Nessa altura, o cenário brasileiro já era outro, impulsionado pelo denominado “êxodo rural”, o Brasil passa a ter a sua população predominantemente vivendo em solos urbanos, que agora, chegam as cidades desprovidas de infraestrutura, saneamento e moradias inadequadas. Em 1988 o discurso pela reforma urbana ganha força, a Assembléia Constituinte oportuna momento ímpar para as forças populares, força essa, que se estabelece com a criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) em 1985, movimento que obteve papel fundamental na implementação de leis na Constituição Federal específicas as políticas de saneamento, habitação, transporte público, uso e ocupação do solo, que até então, era sobrecarregado pelo descaso e por um desenho excludente.



Figura 3 Cronologia Histórica



Fontes: Guerra dos Lugares, Raquel Rolnik (2015). Organizado pelo autor.

A luta pela reforma urbana, gerou posteriormente outro marco extremamente significativo, a criação do Estatuto da Cidade, em 2001, com o objetivo de definir diretrizes federais, estaduais e municipais que visam garantir o pleno ordenamento urbano, o bem coletivo e do desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade, a cidade sustentável e de gestões participativas. Em 2003, no início do governo Lula, o Ministério das Cidades (MCidades), encarregado de formular política urbana em nível nacional e de fornecer apoio técnico e financeiro aos governos locais (ROLNIK, 2015 p.294). O Plano Nacional da Habitação, elaborado em 2004, visava ampliar recursos do FTGS para os financiamentos habitacionais, na perspectiva de ampliar o mercado para atingir as camadas mais populares. No ano seguinte, é criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o exercício do controle social é feito pelo Conselho Nacional das Cidades, e não menos importante, em 2005, fundamental para implementar os projetos e gerir fundos para habitação, a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Em 2009 é criado o Programa Minha Casa Minha Vida, é de origem um programa econômico, balizado pelos Ministérios da Casa Civil e da Fazenda, com pouca participação do já enfraquecido Ministério das Cidades. No contexto da crise econômica o governo acolhe propostas do setor da construção civil, apostando no crescimento de capital e na geração de empregos. No mesmo ano, movimentos sociais agrários pressionam o governo e conseguem aprovar modalidades de construções de casas rurais,



para os pequenos produtores de agricultura familiar, representando somente 1% do total, desde o lançamento do programa. A Caixa Econômica Federal é herdeira do antigo BNH nesse processo, e tem o mesmo papel do seu antecessor.

O Ministério das cidades que teve sua estrutura baseada em três pilares: a moradia, o saneamento ambiental e as questões do transporte urbano, mobilidade e trânsito, é extinto em 2018, sob forte reclamação públicas e das entidades competentes, que defendiam a permanência e o fortalecimento da pasta tão importante para amenizar os impactos urbanos e sociais das cidades brasileiras.

Dado essas projeções apontadas até aqui, existem dois pontos fundamentais, estruturalmente contraditórios e crônicos que chama atenção, que serão postos aqui em discussão, que historicamente coexistem, e interferiram e interferem no desenvolvimento nas políticas públicas habitacionais, seja ela de maneira negativa ou positiva, que são: *lobby* político e a financeirização da moradia.

Figura 4: Os dois eixos



Fonte: Organizado pelo autor

Primeiramente, será posto aqui em discussão o aspecto político. Mas ora, se tratando de programas promovidos pelo Estado, obviamente não seria político? As contradições que se apresentam ao longo da história da produção das habitações e suas interlunções políticas, torna o assunto bem mais complexo. O que denomina-se aqui de *lobby* político, se dá principalmente pelo enfraquecimento das pastas correlacionadas às políticas urbanas e habitacionais, comandadas na época pelo extinto Ministério das Cidades. Em meados de 2006, o planejamento para elaboração de “pacote habitacional”



a nível nacional entra em pauta, no então governo Lula, ganha força, mediante a pressão externa, compactuada pela crise, já dita anteriormente. Em pouco tempo o “pacote” se torna um “programa”, numa articulação de campo econômico e social, criou-se diretrizes para ofertas de moradia em uma demanda jamais executada antes, a estratégia foi clara, crescimento econômico e geração de empregos, impulsionados pela crise de 2008.

A ênfase aqui são para as consequências do distanciamento das pastas especializadas e o firmamento do desenho público-privado do programa, que favoreceu o crescimento do discurso pragmático e político nas construções das unidades habitacionais, como espécie de benefício eleitoral. Quando se inaugura um empreendimento, esses fatos ganham pesos políticos, seja ele em escala local, regional ou nacional. Parece haver então um deslocamento sobre a provisão do direito à moradia, a cidade continua sendo hegemônica para as regras do mercado, enquanto a população mais pobre, continuam a viver em espaço segregados, vulneráveis, relegados a espaços inadequados e ambientalmente frágeis (MARICATO, E. 2009). Portanto, existe um paradoxo estrutural, a implementação parece não se adequar ao que o próprio programa é proposto, uma “construção de uma política habitacional diversificada, aderente às especificidades locais e sob controle social [...]” (ROLNIK, 2015 p. 309).

Em segundo, a persistência de manter estreitas relações do capital financeiro como reprodutor e, pode-se dizer gestor da habitação no social do país, aparentemente tem sido um equívoco, nesse aspecto (ROLNIK, 2015 p.281) alerta sobre a “financeirização da moradia no Brasil” e Ana Fani (CARLOS, 2015, p.25) chama atenção para a reprodução do espaço urbano pelo viés do acúmulo de capital, atenuando crises urbanas. Uma lógica que, desde a criação do Banco Nacional da Habitação em 1964, durante o governo militar, permanece a mesma, projeto estruturado pelo crescimento do consumo da moradia e pela aproximação do mercado imobiliário, resultando em garantidas e no ganho executivo das grandes empreiteiras.

O que se resulta disso são ações descontextualizadas e fragmentadas, que, por se tratar de uma lógica imobiliária financeira, a preocupação dos investidores está tão somente no lucro (quantidade) e não na qualidade, e dada à importância do programa como principal estratégia do combate ao agravamento do déficit habitacional e todas as suas conjecturas, as perspectivas até então, parecem ter trilhado caminhos tortuosos.

Esses fatores expressam uma realidade negativa no pós-entrega das Unidades Habitacionais, intensificam diversos problemas e em diferentes escalas e áreas, que se



originaram a partir do momento em que o programa passa a “atribuir o poder de decisão sobre a localização e o desenho do projeto para os agentes privados” (ROLNIK, 2015 p. 310). Foi possível identificar (figura 5), através do Relatório de Avaliação citado anteriormente, e por relatórios realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, problemas em que beneficiários, passam a ter após a ocupação nos residenciais entregues pelo PMCMV.

Figura 5 Problemas Identificado Pós Ocupação das UH's

Problemas Identificados	
1 INSERÇÃO URBANA E EMPREENDIMENTOS DOMINADOS PELO TRÁFICO/MILÍCIA	como o critério dos agentes para orientar a compra dos terrenos são baseados pela rentabilidade, o resultado disso são as construções de empreendimentos habitacionais inseridos nas piores localizações das cidades, potencializando a segregação urbana;
2 HOMOGENEIZAÇÃO DAS TIPOLOGIAS HABITACIONAIS	homogeneização das tipologias habitacionais está em uma estreita relação com o processo de produção, tendo como consequência a inadequação das residências ao tamanho das famílias, principalmente por não levar em consideração o ciclo familiar e a falta de flexibilidade das moradias para uso comercial;
3 DEFEITOS CONSTRUTIVOS E A QUALIDADE DOS PROJETOS NAS UNIDADES HABITACIONAIS E NO EMPREENDIMENTO	Além de defeitos técnicos/construtivos, vários estudos técnicos apontam problemas de conforto térmico, acústico e de iluminação natural nas unidades habitacionais e o não atendimento a especificidades climáticas regionais.
4 ACESSO À INFRAESTRUTURA/ MOBILIDADE URBANA	Sua causa é distanciamento dos empreendimentos das áreas urbanas e, a não disposição pelo ente público dos equipamentos e serviços necessários ao atendimento dos beneficiários nas áreas de educação, saúde, lazer e transporte público.
5 AUMENTO DO CUSTO DE VIDA	Além da parcela mensal pelo pagamento do imóvel, os custos de moradia incluem também as contas de água, energia elétrica, gás, condomínio e outras. Em muitos casos, as famílias incorrem nestas despesas pela primeira vez e podem ter dificuldades em enfrentá-las.

Fonte: Relatório de Avaliação, 2020; ROLNIK, R. (2015) Guerra dos Lugares; Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados Brasileiros (2015), APO's IPEA. Organizado pelo autor

Esses efeitos colaterais urbanos e sociais, são persistentes, atenuantes e crescentes, desde a implantação do PMCMV, que, ao não criar ferramentas que de alguma forma condicione à melhoria do espaço habitado, as políticas públicas habitacionais acabam por criar espaços segregados, hostis e que prejudicam a qualidade de vida no espaço urbano.

A política habitacional não tem apresentado claramente projeções de transformação. Ao se pensar o déficit como um problema isolado de moradia, é ignorar as demais relações práticas e holísticas que coexistem ao pragmatismo urbano e suas relações entre o espaço e a vida. Dessa maneira, o Estado intensifica cada vez mais os demasiados problemas históricos da urbanidade do país, desperdiçando oportunidades de criar mecanismos que tornem as nossas cidades mais dignas de se habitar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Método Materialismo Histórico e Dialético se torna eficaz na busca da compreensão dos processos dinâmicos da habitação no país, no sentido que, na mesma proporção que a complexidade no processo histórico nos oferece, ela também se materializa atualmente. Ao se tornar um ensaio com exercício interdisciplinar e multidisciplinar, nos facilita e nos permite observar o estudo em questão por diferentes ângulos, apontado para o mesmo objetivo.

Ao valorizar o processo histórico enquanto método - não enquanto pesquisa - importante ressaltar, que a história é trazida aqui, como uma ação para se compreender o todo, essa relação dialética, oferece uma aproximação interessante para os fatos do estudo, e amplia o campo de visão, no sentido de dar maior clareza aos problemas da habitação atual, através das construções históricas, significando que, em várias discussões apontadas, se deram por consequências advindas do passado ou repetições de problemas já existentes.

Portanto, as contradições obtidas através da dialética, nos apresenta uma política habitacional que pouco tem aberto para alterações significativas, que visam de fato, mitigar os problemas sociais e urbano existentes ou paradoxalmente por ela mesmo criada. Os erros do passado permanecem no presente, por mais que, dos bons frutos, tenham gerado números expressivos de construções massivas de moradias ao longo das décadas, ainda se carece de uma política de pensamento de totalidade, em que deva se compreender que oferecer uma moradia, é mover somente uma das peças de um tabuleiro tão complexo, que é o espaço urbano.

REFERÊNCIAS

CAIO, S. org. , LÚCIA, Z., MARIA, C. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** /. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

CARLOS, A. F. A. **A virada espacial**. Mercator. Fortaleza, 2015.

CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo> Contexto, 2015.

FJP, Fundação João Pinheiro. **Centro de Estatísticas e Informações. Déficit Habitacional municipal do Brasil**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em:<<http://www.fjp.mg.gov.br/>>Acesso 05/05/2021



HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana**; tradução Jeferson Camargo. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

LEFEBVRE, H. **Direito à Cidade**. Centauro. São Paulo, 2001.

LEFÈBVRE, H. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, E. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. Cadernos metrópole**. Pp. 33-52, 1ª sem. 2009.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. Rio, Leitura, 1965, p. 104

GOVERNO FEDERAL. **Relatório de Avaliação Programa Minha Casa, Minha Vida**. 2020.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. – 1.ed – São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. – São Paulo: Studio Nobel, 2012.